Agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasil

Propostas da *Academia Brasileira de Ciências* e da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* para o próximo mandato presidencial do País

A humanidade tem se beneficiado de um amplo conjunto de inovações provenientes de informações científicas, que incluem o aumento da expectativa de vida, a cura de muitas doenças, o aumento da produção de alimentos, os revolucionários processos de comunicação, o avanço no conhecimento dos biomas mais complexos e uma compreensão mais efetiva da dinâmica social e da variedade possível dos modos de vida.

Questões como o aumento da população do planeta, o uso extensivo de recursos naturais e a necessidade de inclusão social e econômica de parcela significativa da população mundial somente serão resolvidas com a contribuição do conhecimento científico. Em termos de Brasil, as condições para o enfrentamento desses problemas com os recursos da ciência são favoráveis. A ciência brasileira conquistou uma posição internacional de destaque e alcançou um grau de maturidade que permitem que ela seja convocada para exercer, desde já, papel de protagonista do desenvolvimento econômico e social sustentável do País.

O avanço da ciência no Brasil tem sido notável nas últimas décadas, tanto qualitativo como quantitativamente, conforme atestam fontes internacionais independentes. De fato, nos últimos anos houve um avanço de cerca de 20% na média de citações de artigos de pesquisadores brasileiros em relação à média mundial, que se concentra nos países cientificamente mais desenvolvidos. Ou seja, a ciência brasileira está se fazendo cada vez mais presente na ciência mundial, o que atesta o aumento da qualidade do trabalho dos nossos pesquisadores.

Em termos quantitativos, nosso sistema de ciência e tecnologia vive uma expansão que também é digna de reconhecimento no exterior. Em 1990 os pesquisadores brasileiros publicaram 3.640 artigos de em revistas internacionais, o equivalente a 0,62% da

produção mundial. Já em 2008 foram mais de 30 mil artigos, dado que representa 2,12% da produção científica mundial e coloca o Brasil em 13º lugar no ranking do setor. Com isso, o Brasil ultrapassou a Rússia e a Holanda, países com maior tradição nessa atividade.

Contamos hoje também com um sistema robusto de pós-graduação. Em 2009 formamos 11.368 doutores, 134% a mais do que dez anos antes (4.853 titulados em 1999), e 38.700 mestres, crescimento de 151% sobre o número de formandos de 1999 (15.380). O Brasil tem hoje cerca de 230 mil pesquisadores em atividade, número 82% maior do que os 126 mil que trabalhavam no ano 2000.

A cooperação internacional do Brasil na área de C,T&I, vital para o nosso avanço científico, tem experimentado vigoroso crescimento. Dele participam com entusiasmo nossos cientistas, instituições, ministérios como os da Ciência e Tecnologia, Educação, Saúde, Desenvolvimento e Relações Exteriores, além de agências de fomento (CNPq, Finep e Capes) e as fundações estaduais de amparo à pesquisa. Estima-se que, em anos recentes, mais de 40% de nossos trabalhos científicos tenham sido publicados em colaboração com pesquisadores estrangeiros.

Outro aspecto que merece destaque é a notável presença de nossa ciência no cenário institucional internacional. Participamos ativamente da Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento (TWAS), do Inter-Academy Panel e Council (IAP e IAC), do International Council for Science (ICSU), da rede Interamericana de Academias de Ciência (IANAS), dos fóruns mundiais de Ciências e de Ciência e Tecnologia para a Sociedade, do G8+5 de Academias de Ciências e contribuímos com o governo brasileiro em acordos de C&T com diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A evolução da ciência brasileira decorreu de uma política de Estado que fez investimentos continuados por várias décadas na formação de recursos humanos para o ensino superior e para a pesquisa e na produção de conhecimento. Assim, esta política precisa ser consolidada e ampliada, pois somente a geração de conhecimento, o seu

uso na geração de riqueza, a consolidação da cultura da inovação e a solução dos desequilíbrios sociais e regionais, podem permitir que o Brasil seja incluído dentre os países desenvolvidos na próxima década. Estamos, pois, em um momento histórico, propício para o avanço acelerado da ciência brasileira, principalmente vis-à-vis sua grande capacidade de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil com base nos preceitos da nova economia, ou seja, com inovação tecnológica e sustentabilidade.

Considerando, pois, que a ciência e as suas aplicações constituem benefícios que devem ser estendidos a toda a sociedade brasileira, a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência apresentam aos candidatos a presidente do Brasil no pleito de três de outubro de 2010 propostas reunidas em torno de cinco grandes temas, considerados de fundamental relevância para o futuro de nosso país.

1. Avanço acelerado da ciência brasileira

Metas para o ano de 2020:

A. Obter um acréscimo em relação a 2009 de duas vezes e meia a três vezes:

- na titulação anual de mestres e doutores, com a devida prioridade na concessão de bolsas de estudos nas áreas consideradas mais estratégicas e/ou carentes no País como, por exemplo, engenharias, oceanografia, biologia marinha e matemática, de modo a formar cerca de 150 mil doutores e 450 mil mestres nos próximos dez anos;
- no contingente de pesquisadores/técnicos da área de C,T&I no País, inclusive com investimentos no treinamento de técnicos de laboratório;
- na publicação de trabalhos científicos em revistas qualificadas;

- em investimentos nas atividades de busca e estímulo de talentos, como as olimpíadas científicas, e no ensino de ciências, com a correspondente capacitação de professores;
- em investimentos nas atividades de cooperação científica internacional;
- em investimentos em infra-estrutura, com a expansão do sistema universitário, institutos de pesquisa e laboratórios, inclusive de grande porte.

B. Alcançar investimento 2% do PIB em P&D (crescimento anual de cerca de 10,4%, supondo crescimento do PIB de 5% ao ano), sendo que os dispêndios do setor empresarial devem corresponder de 1,1% a 1,2%.

Atingindo estas metas, ao lado de uma revolução na educação (*ver item 5*), estaríamos elevando nossa C,T&I a um formidável nível de competência, capaz de contribuir decisivamente para situar o Brasil em um patamar bem mais elevado de desenvolvimento sócio-econômico.

Para alcançar essas metas será necessário:

a. Sustentar, como política de Estado, o notável avanço da ciência brasileira, sobretudo a ciência básica, acelerando vigorosamente, em qualidade e quantidade, a produção científica e a formação de pesquisadores, estabelecendo prioridade para as áreas mais estratégicas e/ou carentes no País.

b. Promover substancial acréscimo de investimentos em infra-estrutura, com a expansão qualificada do sistema universitário, institutos de pesquisa e laboratórios, inclusive de grande porte, e de escolas e programas de formação de técnicos para operá-los.

c. Promover, com substancial acréscimo, investimentos nas atividades de busca e estímulo de talentos, como as olimpíadas científicas, e no ensino de ciência, com a correspondente capacitação de professores.

d. Promover substancial acréscimo de investimentos em cooperação internacional que tenha por objetivo a produção científica nacional na fronteira do conhecimento e uma forte presença de nossa ciência nas principais instituições e organismos internacionais de C&T. Promover pesquisas internacionais em C&T de caráter bilateral ou multilateral

e. Lançar um amplo programa de "brain gain" para trazer cérebros, sobretudo jovens talentos, tendo em vista nosso vigoroso avanço científico e atual remuneração competitiva em relação, por exemplo, aos países europeus.

f. Aperfeiçoar os mecanismos de atração e absorção de cientistas estrangeiros qualificados. Em particular, os concursos para professores e pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa devem ter caráter mundial, admitindo-se o uso de língua estrangeira de caráter bastante universal, como o inglês, desde que os participantes se comprometam a aprender a língua portuguesa em até dois anos após o concurso.

g. Promover a autonomia das instituições de excelência de C&T na constituição de seus quadros de pesquisadores e técnicos, valorizando a ciência fundamental, evitando-se exagerada ênfase utilitarista e provendo-as de adequado apoio.

h. Promover vigorosamente a integração entre instituições de ciência e tecnologia (ICTs) e empresas.

i. Aperfeiçoar mecanismos de formação e fixação de cientistas nas regiões do País que mais carecem de sólida competência em ciência e tecnologia, provendo a infra-estrutura necessária.

j. Enfatizar a necessidade de esforços para melhorar a qualidade da pós-graduação, inclusive com processos mais exigentes de seleção e conclusão dos programas.

k. Promover a visibilidade internacional dos programas de pós-graduação, como a existência de páginas em inglês na Internet, inclusive com a programação

atualizada dos alunos, visitantes e pós-doutorandos, nacionais e estrangeiros, valorizando a busca dos melhores talentos em nível mundial.

l. Promover programa especial, em bases competitivas, para apoiar planos de excelência das instituições de pesquisa com o objetivo de situá-las entre as melhores do mundo.

m. Promover modalidades de apoio à pesquisa com duração de até cinco anos para projetos de natureza mais ousadas e/ou abrangentes.

n. Promover a valorização pelas agências de fomento das contrapartidas institucionais, exigindo-se, nos editais e contratos, a garantia de apoio adequado e sustentável aos projetos por elas apoiados, inclusive com a disponibilização de pessoal técnico e administrativo e de infraestrutura, garantindo a governança dos projetos.

2. O Brasil na fronteira da produção de conhecimento

A expansão quantitativa com qualidade é o caminho para o fortalecimento do patrimônio científico e cultural brasileiro e para o desenvolvimento de temas estratégicos para a integridade territorial, para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País. A participação dos cientistas brasileiros na fronteira do conhecimento é fundamental para o domínio de todas as grandes questões do mundo contemporâneo. Todos os aspectos da criação humana devem ser incluídos nesta agenda, já que somente assim poderemos construir uma nação justa, criativa e civilizada. Em particular, estes temas devem incluir mudanças ambientais, energias renováveis, satélites, biotecnologia, nanociências, mitigação da violência e redução da pobreza. A agenda científica do País deve incluir necessariamente temas estratégicos para o desenvolvimento nacional, como biodiversidade, produção de alimentos, biocombustíveis, além de temas em que o Brasil apresenta-se de forma destacada, como petróleo, aeronáutica, agronegócio e biologia molecular. O Brasil deve almejar uma posição que lhe permita pautar a agenda científica mundial, em particular nas

áreas da ciência de interesse nacional. O caminho a trilhar precisa incluir, entre outras, as ações listadas a seguir.

a. Os institutos de pesquisa do governo federal devem ser fortalecidos, observando as políticas nacionais em seus respectivos setores e tendo seu orçamento e suas ações condizentes com suas missões. Os processos de avaliação precisam ser repensados, de forma a contemplar abordagens integradas e possibilitar o desenvolvimento de suas atividades com qualidade e participação no diálogo internacional.

b. Visando a geração de conhecimento voltado para a inovação tecnológica de nível internacional, devem ser criados novos institutos de pesquisa com a função de produzir e transferir conhecimentos para o setor empresarial. Esses institutos devem ser capazes de realizar grandes projetos mobilizadores que possam fazer surgir novos setores na economia nacional ou incrementar setores já existentes.

c. Devem ser criados novos institutos de pesquisa como forma de aproveitar as potencialidades locais e contribuir para a redução das desigualdades regionais no País, respeitadas as diversidades e vocações de cada lugar.

d. Uma nova geração de profissionais de alto nível deve ser preparada já para assumir a produção de informações científicas e tecnológicas no futuro. Esses profissionais devem saber direcionar suas ações para a inovação e para o uso social do conhecimento científico.

e. A transição de modelos para produção e uso da informação deve envolver todos os elos, com os devidos ajustes nos processos de financiamento, de interação com as ICTs e com o setor empresarial. A escala deve ser revista à luz das necessidades nacionais, garantindo soberania, inclusão social e geração de renda.

f. O Brasil deve pautar a ciência e a tecnologia mundial no que se refere às suas questões fundamentais e estratégicas, tornando-se o destino preferencial de profissionais que buscam capacitar-se nessas áreas.

g. As formas inovadoras de apoio à ciência e tecnologia, como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), no âmbito federal, ou os Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs), no domínio estadual, são fundamentais para o avanço na produção de conhecimento. O aprimoramento dessas formas deve incluir maior organicidade, ampliação do tempo de financiamento, fortalecimento das instituições que as operam, flexibilidade e ações que contribuam para sua desburocratização.

h. A pesquisa desenvolvida no País deve contemplar as grandes questões do mundo contemporâneo; seu produto deve ser socializado junto à sociedade brasileira e ter qualidade e capacidade de diálogo internacional.

i. A cooperação em ciência e tecnologia, nacional e internacional, é vital e estratégica para o desenvolvimento brasileiro e para a consolidação da inserção da comunidade científica na agenda mundial. A cooperação com os países em desenvolvimento deve ser ampliada para permitir o avanço do conhecimento e a aceleração dos processos de inclusão social e geração de renda.

3. A conservação e o uso sustentável dos biomas nacionais

Os biomas brasileiros, em especial a Amazônia e o mar, representam um grande desafio para a ciência e a tecnologia, tanto no que se refere ao seu conhecimento como ao manejo de seus recursos naturais. Esse patrimônio único deve permitir ao País alcançar um novo modelo de geração de riquezas e de desenvolvimento sustentável, pelo uso intensivo de novas tecnologias.

A superação desse desafio está na geração de informações específicas, já que o atual modelo de desenvolvimento resultou, sem exceções, na degradação ambiental, na redução da biodiversidade e na exclusão social. A geração de informações nesse caso

requer, urgentemente, a capacitação de pessoal em nível de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento. O Brasil tem a condição singular e única de tornar-se uma potência ambiental ao adotar uma postura clara em relação à geração de novos produtos e processos que aliem desenvolvimento e inclusão social à conservação ambiental. Ações imediatas, como as indicadas a seguir, são fundamentais para que o Brasil ocupe uma posição de destaque nesta área.

a. O mar territorial brasileiro é uma área geográfica estratégica para o desenvolvimento nacional e focal para os processos mundiais em curso. Por isso, precisa ser conhecido do ponto de vista biológico, químico, físico, social e de segurança nacional.

b. A Amazônia precisa ser incluída na agenda nacional, ocupando posição de destaque na agenda internacional. A Amazônia requer ações do governo brasileiro com vistas ao seu conhecimento e redução do fosso que a separa dos demais biomas brasileiros. Essas ações precisam ser implantadas na dimensão da importância dessa região.

c. A diversidade sociobiológica existente na Amazônia, no mar, na Mata Atlântica, no Pantanal, nos pampas, na caatinga e no cerrado brasileiro precisa ser diagnosticada. Para isso a carência de pessoal qualificado precisa ser superada. A redução dos conflitos nesses biomas deve calcar-se no desenvolvimento de novos produtos e processos capazes de gerar renda e promover a inclusão social.

d. Estratégias robustas para a interlocução simétrica com as comunidades e populações que tradicionalmente habitam os ambientes designados como áreas de proteção precisam ser desenvolvidas e empregadas para reduzir disputas, garantir a sua participação e colaboração e dar celeridade aos processos de conservação desses ambientes.

e. O uso das tecnologias espaciais de última geração no monitoramento dos grandes biomas nacionais deve ser ampliado. Para isso, a capacitação de pessoal para a produção e uso dessas tecnologias deve ser estimulada e apoiada.

4. Agregação de valor à produção e à exportação

É necessário intensificar a inovação tecnológica em empresas de todos os portes e em outros arranjos econômico-produtivos e fortalecer a sua interação com instituições de pesquisa. Devem ser estimuladas a agregação de valor a matérias-primas e a geração de novos produtos e processos, com a criação de empresas de base tecnológica e a promoção de projetos mobilizadores. A agregação de valor à produção e à exportação no mundo moderno requer uma base científica ampla e robusta, que seja direcionada para processos seguros, limpos e ambientalmente sustentáveis. Além disso, esse processo precisa contemplar de forma mais efetiva a geração de renda, com redução da pobreza, a inclusão e a justiça social.

Desenvolvimento no mundo de hoje só ocorre com a utilização cada vez mais intensa do conhecimento científico e tecnológico pelas empresas. Para isso, precisamos construir um modelo de desenvolvimento que faça a aliança entre a ciência e a produção de bens e serviços. Está na hora, portanto, de o Brasil ampliar o seu universo científico, para que a ciência realmente seja projetada nas atividades econômicas e leve benefícios mais diretos e mais rápidos à sociedade.

Às capacidades já estabelecidas do nosso sistema de ciência e tecnologia é preciso implementar essa outra capacidade de atender às demandas da sociedade para o desenvolvimento. Isto, porém, não vai acontecer espontaneamente; precisaremos criar estruturas específicas para cumprir esse novo papel da ciência brasileira na sociedade brasileira.

Considerando que a função da universidade é formar profissionais qualificados para satisfazer às diversas demandas da sociedade, além de realizar pesquisas científicas que contribuam para a evolução do conhecimento em suas mais diferentes áreas – em

resumo, a universidade tem de estar sempre pronta para interagir com os grandes desafios do pensamento e promover e disseminar o conhecimento –, os institutos de pesquisa são o ente mais apropriado para fazer a intermediação do conhecimento científico com o sistema produtivo.

Para cumprir esta missão, os institutos de pesquisa – sem a obrigação de ensinar, como ocorre com as universidades –, dispõem das condições ideais necessárias: eles podem se utilizar do conhecimento já existente, adaptando-o para uma finalidade específica; podem gerar novos conhecimentos, para atender demandas pré-definidas; estarão aptos a desenvolver novas tecnologias; isentos de obrigações acadêmicas, terão flexibilidade para se adaptar ao ambiente produtivo empresarial.

Assim, os institutos de pesquisa já existentes devem ser fortalecidos e ter seu foco de estudo, seus objetivos e seu financiamento redefinidos em conformidade com as dimensões do campo em que vão atuar e dos desafios que terão de enfrentar. Da mesma forma, devem ser criados novos institutos de pesquisa, igualmente dotados das condições para a realização de grandes projetos mobilizadores, capazes de criar novas e vigorosas vertentes na economia nacional.

Modelos semelhantes já se mostraram exitosos quando o Brasil fez esforços no sentido de integrar uma base científica e tecnológica com o setor econômico: do Centro Tecnológico Aeroespacial, CTA, e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ITA, surgiram a Embraer e grande parte da indústria aeronáutica brasileira; dos laboratórios do Cenpes emergiu a competência da Petrobras em explorar petróleo em águas profundas; dos experimentos da Embrapa brota o sucesso do agronegócio brasileiro.

Especificamente, as ações listadas a seguir contribuirão de forma decisiva com a consolidação dessas diretrizes.

a. A transição para uma economia que contemple o valor agregado, com a produção de bens com alta intensidade tecnológica, requer escala e equilíbrio, elementos cruciais para um país com as dimensões do Brasil. O foco deve estar

na realidade nacional, com vistas a alterar o perfil da exportação brasileira, hoje predominantemente de matérias-primas.

b. O aumento de escala em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) deve combinar investimento privado e financiamento do Estado, com diversificação de instrumentos de apoio, desoneração das atividades de pesquisa nas empresas, adequação da legislação para empresas nacionais de pequeno, médio e grande porte, com vistas a fortalecer as escassas iniciativas existentes e criar novas frentes.

c. O poder de compra do Estado deve ser usado para incentivar o desenvolvimento de novas indústrias com perfil inovador, encorajando a inovação nas empresas, permitindo a instalação de centros de pesquisas empresariais e estimulando a colaboração entre elas e os institutos de pesquisas.

d. As vantagens diferenciais do Brasil, como o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, devem ser o alvo de políticas públicas para a promoção de atividades que gerem novos produtos e processos.

e. É fundamental distinguir as formas de apropriação das tecnologias de inovação social daquelas da inovação empresarial. Enquanto as primeiras são bem sucedidas na medida em que se tornam cada vez mais acessíveis e públicas, promovendo o engajamento de segmentos cada vez mais amplos da sociedade nas políticas públicas que originam, as segundas nutrem seu sucesso no registro sigiloso de sua propriedade intelectual para terem êxito em um mercado competitivo. Assim, a avaliação de seus respectivos desempenhos e as estratégias para sua implantação mostram-se bastante diferenciadas, o que deve se refletir nas políticas públicas voltadas para sua indução.

f. A criação de centros de pesquisas e inovação por empresas estrangeiras que se instalam no País deve ser um requisito fundamental, bem como a incorporação de pessoal local nas iniciativas de P&D.

g. A oferta de energias alternativas deve ser ampliada, de modo a contemplar um leque variado de fontes e ser crescente.

h. É necessária a readequação da legislação acerca da propriedade intelectual para o século XXI, que deve incluir novos produtos e processos e também livros, software, música e filmes, entre outros. O Brasil deve participar como protagonista nesta discussão em nível mundial tendo em vista os avanços tecnológicos que vem experimentando.

i. É premente a capacitação de pessoal, inclusive nas empresas, para a gestão de tecnologia, tendo em vista a rápida evolução que está ocorrendo em várias áreas como biotecnologia, nanotecnologia, agricultura, satélites, transporte e comunicação, entre outras.

5. O Brasil precisa de uma revolução na educação

A precária escolaridade dos brasileiros ajuda a perpetuar a desigualdade social e impõe obstáculos severos ao desenvolvimento econômico do País. Somente um empenho consistente, fruto de uma política de Estado que dê a devida prioridade às questões educacionais, conseguirá reverter essa situação. A revolução educacional que o Brasil necessita tem que se basear na qualidade do ensino, precisa alcançar toda a população brasileira e se dar em todos os níveis, incluindo o ensino técnico e as diversas formas de educação superior. Os itens a seguir constituem condições necessárias para o sucesso de uma política pública de melhoria da educação no Brasil. Eles pressupõem que o percentual dos investimentos em educação alcance, ao final do próximo mandato presidencial, um valor significativamente superior ao dos países da OCDE, que é da ordem de 6% do PIB, tendo em vista a imensa lacuna educacional que deve ser preenchida.

a. A valorização e a qualificação do professor de educação básica são condições fundamentais para o desenvolvimento do País. É nesse nível que se formará a cidadania que ajudará a construir um país socialmente justo, democrático e com

forte protagonismo internacional. Como mostra a experiência de países bem sucedidos na educação básica, o Brasil precisa remunerar seus professores com salários comparáveis aos de outras profissões, graduadas e prestigiosas.

b. O processo de capacitação de professores deve ser responsabilidade do Estado brasileiro e continuamente avaliado. O papel das instituições públicas de ensino superior na formação e aperfeiçoamento de professores para os níveis fundamental e médio deve ser fortalecido e incluir tanto programas de formação presencial como à distância.

c. A educação pública de qualidade deve iniciar-se já na pré-infância**,** ser realizada nesse nível por profissionais com formação nas áreas de saúde, educação e assistência social, dar-se em período integral nas fases iniciais e incluir uma agenda para a educação continuada.

d. Modelos educacionais inovadores, que promovam na educação básica a curiosidade dos estudantes, o aprendizado de ciências inspirado na investigação experimental e a valorização da diversidade ambiental e cultural, devem substituir processos de formação arcaicos e inadequados diante da realidade nacional. Mantidos os padrões gerais de qualidade, o ensino deve valorizar a experiência dos alunos, buscando somar-se ao aprendizado do dia-a-dia.

e. O acesso ao ensino de nível médio e técnico precisa ser amplamente facilitado em todas as regiões do País e os melhores estudantes da educação superior devem ser estimulados a se envolver com a capacitação para o ensino fundamental e o ensino médio, em centros de ciência e programas especiais de capacitação de professores.

f. A capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento nacional precisa ser flexibilizada, libertando-a das inibições determinadas por regulamentações de caráter cartorial. O País precisa de novos tipos de engenheiros, que cruzem as fronteiras tradicionais entre disciplinas, de técnicos com vários níveis de formação, de profissionais de saúde que sejam também educadores para a

assistência à pré-infância e de professores para a educação básica com formação diversificada, ao invés de restrita aos cursos de licenciatura. A educação superior não deve estar restrita à universidade no seu formato convencional. O ensino público superior deve ser diferenciado, incluindo cursos de curta duração (2-3 anos), escolas profissionalizantes e instituições de formação geral. Nas universidades devem ser viabilizados modelos flexíveis que evitem a especialização prematura, tornando possível a liberdade para os estudantes definirem sua formação ao longo da realização do curso superior.

Considerações Finais

O Brasil pode caminhar mais rapidamente e colher os resultados do uso intensivo das informações produzidas por seu sistema de ciência, tecnologia e inovação. Da mesma forma o sistema educacional brasileiro, desde a escola básica até a universidade, pode ganhar celeridade, qualidade e interlocução internacional. As empresas de todos os portes podem igualmente valer-se de sistemas flexíveis para os seus processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Para que isso ocorra nesses três níveis é necessária uma profunda revisão dos marcos legais que regulam essas atividades. O Brasil precisa, com urgência, de marcos regulatórios que estimulem ações inovadoras – e não que as façam inibir ou mesmo cercear, como ocorre com a atual legislação. Compras e contratos, parcerias entre ICTs públicas e empresas privadas, e embaraços alfandegários na importação de insumos para pesquisa estão entre os aspectos a serem revistos.

A ABC e a SBPC consideram que esta **Agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasi**l deve estar vinculada ao desenvolvimento social, integral, diversificado e abrangente, pressuposto para uma nação forte e soberana.